





EMENDA DE PLENÁRIO

AO SUBSTITUTIVO APRESENTADO AO PL Nº 5.082, DE 2016

(Sr. Deputado Felipe Francischini)

Acrescente-se o seguinte artigo onde couber no Substitutivo do Projeto de Lei nº 5.082/2016:

Art. O art. 57 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Aı	t.																																
57.	٠	••	 	••		 ٠.	• •	 ••	••	•••	 	 	 	 			 	 	 ••	 	 	••	••	 •••	••		 			• •			
••••	•••		 		•••	 		 ••		•••	 	 	 ••	 ••	•••	•	 	 	 •••	 ••	 	••		 		• •	 ••	••	••	••	•••	•••	 •

- a) 0,5% (cinco décimos por cento) do valor correspondente à parcela ou parcelas que compõem o salário mensal, nos termos do contrato do atleta profissional pertencente ao Sistema Brasileiro do Desporto, a serem pagos mensalmente **de forma voluntária** pelo atleta; e
- b) 0,8% (oito décimos por cento) do valor correspondente às transferências nacionais e internacionais, a serem pagos **de forma voluntária** pelo atleta; e
- II diretamente para a Federação Nacional dos Atletas Profissionais de Futebol FENAPAF, equivalentes a 0,2% (dois décimos por cento) do valor correspondente às transferências nacionais e internacionais de atletas da modalidade de futebol, a serem pagos **de forma voluntária** pelo atleta.

§ 1º (Revogado)



Cont. EMP 2

C	ÂMA	RA	DOS	DEP	UTA	DOS
	CATAIN	10.72	DUD	TO KAK		



(NR)

JUSTIFICATIVA

Considerando que tais valores são adimplidos em favor de entidades representantes dos atletas profissionais, torna-se relevante que sejam os atletas os responsáveis por custear estes pagamentos de forma voluntária, sendo isso fruto do próprio direito constitucional da livre associação (art. 5°, XVII, e art. 8° da Constituição Federal).

A faculdade torna-se um reflexo da própria reforma trabalhista, que torna facultativa a contribuição sindical.

Com a incidência de tributação de clubes profissionais e clubes empresas, torna-se desnecessário onerar as entidades de prática de futebol profissional com um custo atinente à representação associativa de atletas, já que os próprios tributos recolhidos poderão ser destinados à implementação de atividades afetas à

assistência social.

Nelson Borlando

Plenário, em

/ 2019.

Deputado FELIPE FRANCISCHINI

16:000